



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1005529-07.2018.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
Requerido: **Luciana T. da Silva Bolsas Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda, devidamente qualificada nos autos, ajuizou ação de cobrança em face de **Luciana T. da Silva Bolsas Me**, também devidamente qualificada nos autos, aduzindo, em síntese, que é credora da ré no valor de R\$ 1.663,49, referentes às parcelas vencidas constantes no contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico.

Aduz que firmou com a ré, em 05 de julho de 2016, contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico, os quais foram instalados em sua residência. O valor pactuado era de R\$ 103,00 por mês, reajustado anualmente.

Ocorre que a ré deixou de efetuar o pagamento das mensalidades, da mão de obra e dos equipamentos desde o mês de março de 2017. Em 22 de março de 2018 houve o cancelamento da prestação de serviços por parte da autora.

Requer a condenação da ré ao pagamento da dívida, mais juros e correção monetária que deverão incidir ainda até a data do pagamento integral da mesma.

A ré foi citada por carta com aviso de recebimento (fls. 36), não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

tendo oferecido resposta (cf. certidão de fls. 37).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decidido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citada, a ré deixou de contestar o pedido, operando-se os efeitos da revelia. Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do NCPC. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O contrato de prestação de serviços colacionado às fls. 16/21 e, devidamente assinado pelas partes confirmam as alegações deduzidas na inicial.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa por parte da autora, de que não recebeu as parcelas vencidas atreladas ao contrato de prestação de serviços colacionado às fls. 16/21.

Desta forma, procedem integralmente os reclamos do autor.

Diante do exposto, julgo **procedente** o pedido de cobrança e condeno a ré ao pagamento da quantia de R\$ 1.663,49 (mil seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos), valor a ser devidamente atualizado desde o vencimento da dívida, além de juros de mora a partir da citação.

Sendo sucumbente, arcará a ré com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes últimos arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intmem-se.

São Carlos, 27 de julho de 2018.